

DE UM SABER SEGURO DE SI À INSEGURANÇA DO SABER: A HISTÓRIA PÚBLICA COMO MOVIMENTO DE REFLEXÃO EPISTEMOLÓGICA

Yan Bezerra Fonseca¹

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão sobre os historiadores e a historiografia nas sociedades informacionais contemporâneas. Confrontados por uma realidade na qual somos rodeados por um persistente redemoinho semiótico caótico, a historiografia disciplinar e seus principais interlocutores, os historiadores, são afetados por uma profunda crise epistêmica. A História "útil para a vida", tal qual descrita pelo pensamento nietzschiano, um saber dotado da capacidade de fornecer aos homens o substrato de suas ações no mundo ao qual pertencem, parece evanescer cada vez mais em meio a um cenário de negações, negacionismo, apropriações toscas e desafios à pretensa autoridade daqueles que a ela dedicam sua vida e suas penas. Nesse movimento, os historiadores, autoproclamados "guardiões da musa Clio", parecem se voltar com maior intensidade a questões ligadas aos usos públicos e, portanto, políticos, que sofrem os passados por eles escritos. É em observação a esse panorama que surge a série de inquietações motivadoras deste artigo.

Palavras-chave: Crise da História; História pública; Teoria da história e historiografia.

FROM SELF-ASSURED KNOWLEDGE TO UNSURE KNOWLEDGE: PUBLIC HISTORY AS A MOVEMENT OF EPISTEMOLOGICAL REFLECTION

Abstract: This article proposes a reflection on historians and historiography in contemporary information societies. Faced by a reality where we are surrounded by a persistent chaotic semiotic whirlwind, historiography as a subject matter and its main interlocutors, i.e. historians, are affected by a deep epistemic crisis. A History that is 'useful for life,' as described by Nietzschean thought, i.e. knowledge endowed with the ability to provide human beings with the substrate of their actions in the world to which they belong, seems to vanish more and more in the midst of a scenario of denial, historical negationism, inept appropriations, and challenges to the alleged authority of those who dedicate their lives and their fates to it. In this movement, historians, self-proclaimed 'Muse Clio's guardians,' seem to turn more intensely to issues related to public and, therefore, political uses, undergone by the past they write about. The series of concerns that motivated this article emerge with this panorama in mind.

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR/UFRJ) e bacharel-licenciado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Integra a COMUM - Comunidade de Estudos de Teoria da História da UERJ, o NEHMED-UERJ (Núcleo de Estudos de História, Memória e Ensino da Ditadura Militar Brasileira) e o HISTOR - Núcleo de Estudos de Teoria da História e História da Historiografia da UFRJ. (<http://lattes.cnpq.br/7419408882816840>)

Keyword: Crisis of history; Public history; Theory of history and historiography.

DEL SABER SEGURO DE SÍ MISMO AL SABER INSEGURO: LA HISTORIA PÚBLICA COMO UN MOVIMIENTO DE REFLEXIÓN EPISTEMOLÓGICA

Resumen: Este artículo propone una reflexión acerca de los historiadores e la historiografía en las sociedades de información contemporáneas. Frente a una realidad en la que estamos rodeados de un persistente torbellino semiótico caótico, la historiografía como asignatura y sus principales interlocutores, es decir, los historiadores, se ven afectados por una profunda crisis epistémica. Una Historia que es "útil para la vida", como lo describe el pensamiento nietzscheano, un saber dotado de la capacidad de proporcionar a los seres humanos el sustrato de sus acciones en el mundo al que pertenecen, parece desvanecerse cada vez más en medio de un escenario de negación, negacionismo, apropiaciones ineptas y desafíos a la supuesta autoridad de aquellos que le dedican sus vidas y sus destinos. En este movimiento, los historiadores, autoproclamados "guardianes de la musa Clío", parecen dedicarse más intensamente a cuestiones relacionadas con usos públicos y, por lo tanto, políticos, sufridos por el pasado sobre el que escriben. La serie de preocupaciones que motivaron este artículo surge con este panorama en mente.

Palabras clave: Crisis de la historia; Historia pública; Teoría de la historia y la historiografía.

Um dos tópicos mais debatidos na atualidade em cursos de História por todo o mundo é a noção da existência e persistência de uma "crise da história". Inúmeros simpósios, disciplinas, minicursos, teses, dissertações, grupos de estudo, dossiês, linhas em programas de pós-graduação, artigos, ensaios e intervenções são realizados tendo esse tema como seu argumento central. No entanto, tal como afirma José Carlos Reis, "há cerca de 2.500 anos, ela (a história) existe em permanente crise, autodefinindo-se vagamente"².

Assim:

- Há de fato uma crise na escrita da História?
- O que define uma crise?

² REIS, José Carlos. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p. 101.

Convém iniciar nosso percurso por uma análise mais apurada dessa noção.

Aldo Nelson Bona, em leitura a trabalho do filósofo espanhol José Ortega y Gasset³, caracteriza uma crise como um “estado intermediário”⁴, o ponto de um processo onde “se sabe exatamente o que não se quer ser, mas não se sabe ainda o que se quer ser”⁵. A esses momentos se seguem a desorientação e uma tendência a “assumir posturas de radical oposição ao momento anterior, isto é, negar e opor-se radicalmente a tudo o que o modelo anterior afirmava e valorizava”⁶. Ortega y Gasset defenderia, nesse sentido, a compreensão de que

[...] todo modelo teórico, toda cultura, principia, começa a ser construída, vai ganhando contornos, sendo refinada, reelaborada e vai complexificando-se cada vez mais, até o ponto que, de tão complexa, não permite mais ao homem mover-se na sua teia. [...] Temos aí uma crise histórica⁷.

Uma “crise histórica” é consequente a uma mudança drástica da realidade vivida. A situação ideal, descrita por Ortega y Gasset⁸, é que uma visão de mundo vigente suceda a outra, pouco distinta em relação à sua antecessora, mantendo-se, assim, referenciais que ainda são capazes de orientar o pensamento dos indivíduos. Porém, se a mudança ocorre de maneira rápida e profunda, os referenciais de antes já não são capazes de

³ A obra a qual Bona faz menção é ORTEGA Y GASSET, José. *Em torno a Galileu: esquema das crises*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989. Nela, Ortega y Gasset elabora uma discussão sobre as grandes transformações históricas a partir dos conceitos de geração e de crise.

⁴ BONA, Aldo Nelson. *História, verdade e ética: Paul Ricoeur e a epistemologia da história*. Guarapuava, PR: Ed. Unicentro, 2012, p. 42.

⁵ BONA, Aldo Nelson. *História, verdade e ética: Paul Ricoeur e a epistemologia da história*. Guarapuava, PR: Ed. Unicentro, 2012, p. 42.

⁶ BONA, Aldo Nelson. *História, verdade e ética: Paul Ricoeur e a epistemologia da história*. Guarapuava, PR: Ed. Unicentro, 2012, p. 42.

⁷ BONA, Aldo Nelson. *História, verdade e ética: Paul Ricoeur e a epistemologia da história*. Guarapuava, PR: Ed. Unicentro, 2012, p. 43.

⁸ ORTEGA Y GASSET, José. *Em torno a Galileu: esquema das crises*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989. *apud* BONA, Aldo Nelson. *História, verdade e ética: Paul Ricoeur e a epistemologia da história*. Guarapuava, PR: Ed. Unicentro, 2012.

conferir orientação e os indivíduos não sabem como interpretar e posicionar-se no paradigma que se inaugura à sua frente. Ortega y Gasset acredita que não é dessa posição reativa que virá a solução válida para o problema. Somente por meio de um processo de “ensimesmamento”⁹, uma volta crítica e reflexiva a si, poderão surgir as condições mínimas para o estabelecimento de um “novo olhar” sobre o mundo.

Ensimesmar-se significa pôr-se rigorosamente de acordo consigo mesmo; assumir a postura de constante reflexão e revisão [...]. O que caracteriza o ensimesmamento, portanto, é um constante processo de crítica e autocritica [...]. Viver ensimesmado é, nesse sentido, viver em si mesmo, o contrário de viver alterado (*alter* – outro). Quem vive alterado vive no outro e não em si mesmo¹⁰.

Do processo de ensimesmamento resulta a cultura, “interpretação que o homem dá da sua vida e conjuntos de soluções que ele cria para os problemas do seu existir”¹¹. Quando determinada geração concebe uma leitura de mundo, ela a estabelece e transmite para as gerações seguintes, que não retornam ao início do processo, só “aperfeiçoam” os protocolos herdados. Se esse ciclo transmissional se mantiver, incorre-se no risco do conjunto de ideias inicial se naturalizar nessas novas gerações, desacostumadas a lidar diretamente com problemas estruturais primeiros. Preso a protocolos alheios à sua realidade, o homem “sequer sabe por que pensa o que pensa”¹². Está armado, assim, o palco para o início de mais um ciclo de crises.

⁹ BONA, Aldo Nelson. *História, verdade e ética*: Paul Ricoeur e a epistemologia da história. Guarapuava, PR: Ed. Unicentro, 2012, p. 44.

¹⁰ BONA, Aldo Nelson. *História, verdade e ética*: Paul Ricoeur e a epistemologia da história. Guarapuava, PR: Ed. Unicentro, 2012, p. 44.

¹¹ BONA, Aldo Nelson. *História, verdade e ética*: Paul Ricoeur e a epistemologia da história. Guarapuava, PR: Ed. Unicentro, 2012, p. 44.

¹² BONA, Aldo Nelson. *História, verdade e ética*: Paul Ricoeur e a epistemologia da história. Guarapuava, PR: Ed. Unicentro, 2012, p. 45.

Tendo como norte analítico a noção proposta de crise, poderíamos afirmar que há uma crise no fazer historiográfico? Vejamos...

Se na Antiguidade a História era *magistra vitae* (a mestra da vida, em latim), o que levou à contestação de sua utilidade? Se pensarmos por meio da noção de crise, essa contestação só se dá a partir do início do processo de elaboração de um novo modo de pensar. Para o historiador alemão Reinhart Koselleck, esse novo modo, a era moderna, é fundado a partir de 3 processos fundamentais: a) a percepção de uma aceleração temporal fruto da temporalização da História; b) a dissolução do *topos* da *historia magistra vitae* com a singularização, pelas filosofias da História, da *Historie*, a história como conjunto de relatos plurais e narrativos sobre grandes homens e feitos do passado, na *Geschichte*, a história-ciência, singular coletiva, amparada no acontecimento único, ou complexo de acontecimentos, e incapaz de instruir da mesma forma que a *Historie*, relato exemplar sobre o pretérito; e, por fim, c) o afastamento progressivo entre espaço de experiência e horizonte de expectativas¹³.

[Em meio a um cenário de] contestação radical da história *magistra vitae*; conseqüentemente, aparece a possibilidade de colocação da questão: "para que serve a história ("historiografia")?" Ela tornará possível, por sua vez, o aparecimento das filosofias da história e, em seguida, dos historicismos. [...] Esse movimento acelerado da "História" foi responsável pela constituição de um aspecto específico no que tange à atualização da condição de sua temporalização – a atualização da tensão entre "espaço de experiência" e "horizonte de expectativa" –, que resultou no encurtamento significativo do "espaço de experiência". Isso significa que mediante conjunturas maximamente inéditas os homens iam se comportando de forma variada e dinâmica de modo a intensificar e produzir realidades que iam se diferenciando significativamente. O resultado dessa experiência temporal profundamente acelerada foi que os homens perderam boa

¹³ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

parte da confiança em seus passados, em seu poder de rearticulação, de reorganização do presente¹⁴.

Em um mundo onde impera a razão, a História precisa se reinventar, se redescobrir. Não mais como gênero literário, mas como ciência. Afinal, como poderia sobreviver, em um mundo regido pela objetividade, neutralidade e universalidade, “um conhecimento tão marcadamente produzido pelo sujeito?”¹⁵.

No esforço de fundação da ciência histórica, duas escolas concorrem, cada uma delas amparada em um dos lados da antinomia vontade/casualidade proposta por Immanuel Kant¹⁶. A primeira delas, a positivista, foi iniciada pelas contribuições de Philippe Joseph Benjamin Buchez¹⁷. Segundo Bona, essa escola “reduziu o conhecimento histórico ao estabelecimento de fatos positivos, submetidos a causalidade, que deve ser descoberta pelo historiador”¹⁸. Para os seguidores dessa corrente, inspirados pela noção de progresso positivo do Barão de Saint-Simon, o historiador deveria submeter o conhecimento histórico ao estabelecimento de leis gerais que possibilitassem explicar o agir humano no tempo. A História ciência deveria valer-se dos protocolos científicos de ciências como a Física para, como as demais ciências, antecipar e fazer previsões.

A ciência histórica surgia, assim, segura de si e com aspirações à cientificidade. “Crente da sua capacidade de explicação do existir humano

¹⁴ RANGEL, Marcelo de Mello; ARAUJO, Valdei Lopes de. Apresentação: teoria e história da historiografia – do giro linguístico ao giro ético-político. *História da Historiografia*, Mariana, v. 17, 2015, p. 319-320.

¹⁵ BONA, Aldo Nelson. *História, verdade e ética: Paul Ricoeur e a epistemologia da história*. Guarapuava, PR: Ed. Unicentro, 2012, p. 50.

¹⁶ KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura e outros textos filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

¹⁷ BUCHEZ, Philippe. *Introduction à la science de l'histoire – Ou science du développement de l'humanité*. [s. l.]: [s. n.], 2016. (Collection XIX).

¹⁸ BONA, Aldo Nelson. *História, verdade e ética: Paul Ricoeur e a epistemologia da história*. Guarapuava, PR: Ed. Unicentro, 2012, p. 52.

no tempo”¹⁹. A ela cabia, agora, a “responsabilidade de evidenciar os sentidos fundamentais próprios da ‘História’ com o objetivo de acelerar sua realização e de reduzir, assim, o sofrimento dos homens em busca da felicidade”²⁰. Conferiam-se à História sentidos intrínsecos, teleológicos e inalteráveis.

[...] na medida mesmo em que os filósofos da história iam liberando esses sentidos, a “História”, mais propriamente, não ia permitindo que eles comprovassem sua excepcionalidade – no interior daquele ritmo acelerado, tais sentidos iam sendo contestados de maneira que não reuniram força suficiente para determinar a realidade e comprovar sua constituição privilegiada. O resultado imediato foi a contestação das filosofias da história, especialmente pelos historicistas, menos em razão de sua compreensão de fundo acerca da temporalização da “História” do que em razão dos procedimentos necessários à observação e explicitação desse(s) sentido(s)²¹.

Já a escola historicista, encabeçada por Johann Gustav Droysen e Leopold Von Ranke, tomou a via da vontade, “afirmando o primado da compreensão do significado das ações humanas no método histórico”²². São os historicistas que “inventam a história no sentido que empregamos o termo”²³. Propõe para a ciência histórica um modelo que se opõe ao dos positivistas e, portanto, afasta-se das ciências da natureza. Seu modelo propunha que: a) os fenômenos só poderiam ser compreendidos em sua historicidade, buscando a compreensão do vivido por meio das fontes

¹⁹ BONA, Aldo Nelson. *História, verdade e ética*: Paul Ricoeur e a epistemologia da história. Guarapuava, PR: Ed. Unicentro, 2012, p. 52.

²⁰ RANGEL, Marcelo de Mello; ARAUJO, Valdei Lopes de. Apresentação: teoria e história da historiografia – do giro linguístico ao giro ético-político. *História da Historiografia*, Mariana, v. 17, 2015, p. 319.

²¹ RANGEL, Marcelo de Mello; ARAUJO, Valdei Lopes de. Apresentação: teoria e história da historiografia – do giro linguístico ao giro ético-político. *História da Historiografia*, Mariana, v. 17, 2015, p. 321.

²² BONA, Aldo Nelson. *História, verdade e ética*: Paul Ricoeur e a epistemologia da história. Guarapuava, PR: Ed. Unicentro, 2012, p. 52.

²³ WEHLING, 1994 *apud* BONA, Aldo Nelson. *História, verdade e ética*: Paul Ricoeur e a epistemologia da história. Guarapuava, PR: Ed. Unicentro, 2012, p. 51.

mediadas pelo método crítico; e b) o historiador e seu objeto se encontram no devir histórico, o que seria determinante para suas perspectivas e conceitos de estudo. O problema dos filósofos da História não era sua noção do devir histórico como progresso, mas o caminho proposto, profundamente “subjetivo”. Se a memória já fora o substrato da História, a transformação da segunda em disciplina acadêmica, dotada de metodologia científica e voltada à busca de uma verdade objetiva, teria apartado a primeira. A memória era campo da individualidade e da subjetividade, corrosível pela ação do tempo e pouco confiável ao historiador cientista proposto no século XIX, que devia fiar-se na imparcialidade, no distanciamento e nas fontes documentais.

[...] os historicistas evidenciaram (e liberaram) um problema radical: a relação de intimidade entre os enunciados, inclusive os historiográficos, e os mundos a partir dos quais eles se tornam possíveis. Para tanto, haveria a possibilidade de constituição de um conjunto de métodos e protocolos capazes de abrir um acesso controlado à realidade histórica, garantindo, assim, a possibilidade de explicitar os sentidos próprios da realização necessária da “História” como realidade-processo de modo a garantir à humanidade as condições propícias para o seu progresso e para a redução do sofrimento²⁴.

No entanto, essas noções, resguardadas na ideia do progresso inabalável da civilização ocidental, logo começariam a encontrar impasses em sua ideia de devir histórico. A alvorada do século XX traria consigo uma realidade que colocaria em xeque os pressupostos dessa visão progressual da História, bem como os ideais de razão e cientificidade estabelecidos no século XIX. Dessa “era dos extremos”²⁵, irromperiam experiências-limite: o extermínio, a ruína e a destruição são experiências fortes demais para o “minúsculo e frágil

²⁴ RANGEL, Marcelo de Mello; ARAUJO, Valdei Lopes de. Apresentação: teoria e história da historiografia – do giro linguístico ao giro ético-político. *História da Historiografia*, Mariana, v. 17, 2015, p. 321-322.

²⁵ HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

corpo humano”²⁶. A razão ocidental não teria conduzido o homem ao progresso e ao esclarecimento, mas sim à barbárie técnica da guerra. A marca desse novo tempo que se inaugura é a crise catastrófica diagnosticada por Jorn Rüsen:

Uma “crise catastrófica” destrói o potencial da consciência histórica de processar a contingência em uma narrativa portadora e provedora de sentido. Nesse caso, os princípios básicos da geração de sentido em si mesmos, que permitem a coerência da narrativa histórica, são desafiados ou mesmo destruídos. Eles precisam ser transgredidos em um aqui e agora cultural ou mesmo abandonados. Por isso, é impossível dar a essa crise um lugar na memória daqueles que precisam sofrê-la. Quando isso ocorre, a linguagem do sentido histórico silencia. Ela torna-se traumática. Leva tempo, algumas vezes mesmo gerações, para se encontrar a linguagem na qual seja possível articulá-la²⁷.

Sobre a História, antes reduto de reafirmação do progresso inabalável da civilização ocidental, recai a culpa de fornecer a matéria-prima ideológica que conduziu os homens ao emudecimento em nome de ideais de verdade, identidade, nação e progresso. A recusa da História seria uma característica da geração que viveu e foi traumatizada pelas guerras²⁸. Desse cenário emerge

[...] uma espécie de momento metodológico profundamente teórico, dedicado à discussão e produção das condições de possibilidade ideais à observação e evidenciação das determinações próprias da “História”. [...] O problema é que a modernidade também não permitiu que os enunciados historicistas a reestabilizassem, ao menos num primeiro momento e da forma pretendida, de modo que eles também passaram a ser contestados. [...] como os sentidos liberados

²⁶ BENJAMIN, 1994 *apud* SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/UFMG, 2007, p. 25.

²⁷ RÜSEN, Jorn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia*, Mariana, n. 2, 2009, p. 171.

²⁸ LÉVI-STRAUSS, 2005 *apud* ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem a escrita e o ensino da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida *et al.* (org.). *Qual o valor da história hoje?* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012, p. 28.

pelos historicistas também não foram capazes de se mostrar fundamentais para a “História” (e isso porque não ocuparam, ao menos num primeiro momento, a condição de imediatidade), surgiram os seguintes problemas: (1) ou bem a realidade histórica não possui sentido(s), (2) ou bem possui, mas nem mesmo os métodos e protocolos mais sofisticados seriam capazes de oferecer as condições de possibilidade ideais para que os historiadores pudessem evidenciá-lo(s)²⁹.

Desse momento de contestação aos historicismos e as filosofias da História resulta a dúvida sobre “toda e qualquer relação privilegiada entre linguagem e realidade” que se desenvolve para a assunção de uma “impossibilidade de produção de qualquer enunciado exclusivo sobre a realidade, movimento que, por sua vez, intensificou o questionamento acerca da função (ou da necessidade) da História ao longo do século XX”³⁰. Ainda na chave analítica da crise proposta por Ortega y Gasset, encontramos, aqui, o cenário e as bases para mais um novo ciclo de crise, contestação, ensimesmamento e renovo para a escrita da História. Se a linguagem e a realidade se afastam, rui a epistemologia da coincidência³¹ que embasava a pretensão de objetividade cientificista na historiografia.

Marcelo Rangel e Valdei Lopes identificam que as questões-chave do problema prioritário no interior das tradições historicistas eram enfrentadas por duas correntes filosóficas distintas, uma fenomenológico-hermenêutica e outra neo-historicista³². Para eles, as reflexões propostas por essas duas

²⁹ RANGEL, Marcelo de Mello; ARAUJO, Valdei Lopes de. Apresentação: teoria e história da historiografia – do giro linguístico ao giro ético-político. *História da Historiografia*, Mariana, v. 17, 2015, p. 321-322.

³⁰ RANGEL, Marcelo de Mello; ARAUJO, Valdei Lopes de. Apresentação: teoria e história da historiografia – do giro linguístico ao giro ético-político. *História da Historiografia*, Mariana, v. 17, 2015, p. 322.

³¹ Para Bona, o distanciamento entre história e narrativa era um postulado estabelecido pelos defensores da objetividade cientificista da historiografia. A premissa era de que entre os fatos históricos e os discursos que tinham o encargo de justificá-los existiria uma “coincidência sem distância”: BONA, Aldo Nelson. *Paul Ricoeur e uma epistemologia da história centrada no sujeito*. 209 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

³² Os autores atribuem as seguintes contribuições como fundamentais para a constituição e intensificação do giro linguístico: da tradição fenomenológico-hermenêutica viria a questão de “que todo e qualquer pensamento e ação no interior do presente é determinado pela relação de intimidade com passados e futuros, os quais se constituem como ponto de

correntes confluíam em uma terceira, a que se denominou *giro linguístico*. Longe de ser exclusivo da historiografia, estendendo-se por várias áreas das ciências humanas, esse conjunto de correntes intelectuais promoveu um esforço crítico-compreensivo da contemporaneidade por meio dos enunciados e signos da linguagem como problema central da modernidade, constituindo, assim, uma espécie de “filosofia da linguagem”, analítica das possibilidades de produção, circulação e recepção dos enunciados, bem como de suas condições de validade. Tais leituras exerceram um impacto profundo na historiografia.

O “*linguistic turn*” assinalou a importância da dimensão textual do saber histórico, reconhecendo que a escrita da história é uma prática discursiva que incorpora sempre uma parte de ideologia, de representações e de códigos literários herdados que se refratam no itinerário individual do autor. De fato, permitiu estabelecer uma dialética nova, entre realidade e interpretação, entre textos e contextos, redefinindo as fronteiras da história intelectual e questionando de maneira frutífera o estatuto do historiador, cuja implicação multiforme em seu objeto de estudo já não se pode ignorar³³.

Roger Chartier discordaria dos que apontam esse momento como o de um “retorno à narrativa”. Apontaria para uma “tomada de consciência dos historiadores de que seu discurso, seja qual for sua forma, é sempre de uma

determinação transcendental que orienta e determina cada presente. Em função disso, ao fim, há a intensificação da premissa fundamental do giro linguístico, a de que não há a possibilidade de construção de enunciados privilegiados em relação à realidade”. Já da tradição neo-historicista partiria a compreensão de que “há uma autonomia radical do presente em relação ao passado e, mais, que são os homens no interior do presente que reconstituem certa reorganização apenas provisória da ‘História’”, assim, “é intensificada aquela determinação fundamental do giro linguístico, a de que não existem enunciados privilegiados (objetivos, no sentido que sublinhamos acima) em relação à realidade”. RANGEL, Marcelo de Mello; ARAUJO, Valdeci Lopes de. Apresentação: teoria e história da historiografia – do giro linguístico ao giro ético-político. *História da Historiografia*, Mariana, v. 17, 2015, p. 322- 323.

³³ TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar: história, memória e política*. Lisboa: Unipop, 2012, p. 155.

narrativa"³⁴. Reconhecer a narrativa seria reaproximar a História de seu sentido originário, aquele da Antiguidade Clássica. Como poderíamos retornar aquilo que nunca poderíamos ter deixado para trás?

Percebe-se nessas abordagens uma constante: a contestação dos paradigmas estabelecidos pela História ciência, objetiva, regida pelos protocolos disciplinares em busca de uma *verdade absoluta*. Ainda pensando a partir do ciclo em que se dão as crises, ferramenta meta-histórica e analítica de que temos nos servido aqui, não será possível dessas elucubrações produzir soluções válidas para os impasses aos quais chega a historiografia no século XX, haja vista que elas não partem de um processo de ensimesmamento, mas de uma crítica amparada na ideia de destruição e negação do modelo anterior. Pelo contrário, essa posição reativa poderia agravar o "estado problemático de complexificação cultural"³⁵. É o que ocorre com o aprofundamento radical da contestação do estatuto científico da História:

Assim, de um extremo das pretensões objetivistas garantidoras da verdade vai-se ao outro extremo da afirmação de uma total subjetividade que nega completamente a possibilidade de verdade e de objetividade, conduzindo a um relativismo inconsequente, que não vê senão uma indistinção entre história e ficção³⁶.

Chartier definiria esse momento pela tendência a uma "perigosa redução do mundo social a uma pura construção discursiva, a puros jogos de linguagem"³⁷. Anunciava-se a morte do real como realidade objetiva, exterior

³⁴ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p. 86.

³⁵ BONA, Aldo Nelson. *História, verdade e ética: Paul Ricoeur e a epistemologia da história*. Guarapuava, PR: Ed. Unicentro, 2012, p. 44.

³⁶ BONA, Aldo Nelson. *História, verdade e ética: Paul Ricoeur e a epistemologia da história*. Guarapuava, PR: Ed. Unicentro, 2012, p. 60.

³⁷ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p. 11. Apesar do diagnóstico que julgo preciso, Chartier não compartilha da tese da existência de uma "crise da história", mas sim de uma rejeição aos princípios de inteligibilidade que haviam governado o método histórico até os anos 1960 e 1970. Cabe, aqui, um debate que exploro melhor a seguir.

ao discurso. Se o real se constitui a partir da linguagem, a historiografia nada mais é do que discurso, sem qualquer respaldo em referenciais concretos e objetivos. Roland Barthes³⁸ anunciava, assim, a subordinação da historiografia a hermenêutica, sendo seguido por Hayden White³⁹, um dos pensadores mais célebres do giro linguístico, que encerrava os textos históricos na categoria de artefatos literários. Desse modo, finalmente estaria deflagrada a crise contemporânea que assombra a historiografia até os dias de hoje. “A total negação do modelo de uma história científica, de um saber seguro de si, e a defesa de uma relatividade total do saber histórico, é sintomática da crise como um momento de passagem para a construção de uma nova epistemologia da história”⁴⁰.

No entanto, apesar do aparentemente catastrófico diagnóstico, a *história* está quase sempre em pauta. Não a História com H maiúsculo, construída nos espaços formais de ensino, mas uma gama de representações que compõem a malha das culturas históricas contemporâneas. O passado, esse país estrangeiro, atrai atenções. E, no capitalismo da alvorada do século XXI, ele vende. Livros que tratam de temas diversos da *história* figuram quase sempre na lista dos best-sellers. Filmes, séries, jogos, novelas, *sites*, canais de televisão, páginas em redes sociais, uma infinita miríade de conteúdo ligado ao passado inunda as mais diversas mídias. A *história* está na “crista da onda”.

Enquanto isso, no interior pouquíssimo convidativo dos muros da academia, nós, os “especialistas”, debatemo-nos ao redor de uma crise que se diz desenrolar há algumas décadas. Até muito recentemente, o exterior parecia ser uma preocupação menor, secundária, pouco relevante. Pois parece que é justamente dessa atitude que surge o problema. Talvez

³⁸ BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

³⁹ WHITE, Hayden. *A meta história*. São Paulo: Edusp, 1992.

⁴⁰ BONA, Aldo Nelson. *História, verdade e ética*: Paul Ricoeur e a epistemologia da história. Guarapuava, PR: Ed. Unicentro, 2012, p. 61.

coubesse um redirecionamento de nossos olhares, um reposicionamento que nos permitiria ver essa questão sob outra perspectiva.

E se deslocássemos nosso eixo para outra parte da equação? E se ao invés de tratarmos de uma crise da História, que parece seguir pelo devir, manifestando-se sob novas formas, falássemos de uma crise dos historiadores? Carlos Alvarez Maia propõe esse deslocamento ao declarar que:

Em princípio, parece-me um contrassenso falar de crise da história se a disciplina continua a sua marcha acompanhando as mudanças societárias. A disciplina sofre transformações ao longo da temporalidade e o rumo do seu devir não está condicionado a uma dada direção *a priori*. Não há por que falar em crise se o destino e o ritmo de adaptação disciplinar persiste em sua meta de evidenciar a aventura da sociedade humana, esta, sim, em contínua mudança processual⁴¹.

Por que o que parece estar em jogo envolve a ideia de perda de autoridade. Para aqueles que dedicam sua pena ao passado, abalados e receosos pelos desafios que se apresentam diante do cenário de intensas mudanças, cada vez mais aceleradas e radicais, seria salutar realizar um movimento de ensimesmamento, a fim de compreender melhor a relação com seu ofício. Afinal, o enfrentamento da sempre presente indagação “o que é que estou fazendo quando escrevo história?”, perpassa necessariamente a reflexão sobre nosso papel e função social enquanto intelectuais, educadores, historiadores e cidadãos. Parafraseando o célebre historiador francês Jacques Le Goff, em prefácio à célebre (e belíssima) *Apologia da história* de Marc Bloch, “a própria expressão ‘legitimidade da história’ mostra que o problema epistemológico da história não é apenas intelectual e científico, mas também um problema cívico e mesmo moral”⁴².

⁴¹ MAIA, Carlos Alvarez. A crise da história e a onda pós-estruturalista. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 18, 2018, p. 51.

⁴² LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 17.

Vamos além, atualizando a declaração de Le Goff: é uma questão ética e política.

Uma saída para a crise?

Estamos em crise. Porém, entendendo a crise como um momento de passagem para uma condição que ainda não se sabe qual é, o que virá depois? É difícil, alguns diriam até impossível, saber com exatidão. Ainda assim, caminhos vão sendo traçados e por eles podemos antever algumas saídas que se desenham no horizonte à nossa frente. É a partir da debacle da História ciência que um esforço de refundação da identidade epistemológica da História vai arejar os debates, trazendo novos rumos ao campo da teoria da História e da historiografia. O contexto do pós-guerra traz com ele novas questões e dilemas. Um novo paradigma onde os sentidos de nação/identidade e verdade (translúcida), fundamentais ao século XIX e tão caros à historiografia científica, são radicalmente contestados. A eles se atribuía a culpa da barbárie das guerras.

A impossibilidade de compreender a História como ciência a partir dos mesmos moldes de pretensão de objetividade cientificista foi o ponto de partida para a “tomada de consciência” que recoloca a História no gênero das narrativas. Ligado a essas noções, ressurgiu o debate sobre o lugar e o papel dos sujeitos e das subjetividades na narrativa histórica e com ele a questão da negligenciada relação entre História e memória. Um dos desdobramentos do desenvolvimento das reflexões do giro linguístico é o processo de “reordenamento ideológico e conceitual da sociedade do passado e de seus personagens [...] em que a identidade dos sujeitos voltou a tomar o lugar ocupado, nos anos 1960, pelas estruturas”⁴³. Esse fenômeno,

⁴³ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/UFMG, 2007, p. 18-19.

identificado pelo olhar de Beatriz Sarlo, convencionou-se denominar *guinada subjetiva*.

[...] a experiência do século XX, marcada por duas grandes guerras, Holocausto, lutas pela descolonização da África e ditaduras latino-americanas não poderia mais ser enquadrada em grandes modelos de explicação que não atentavam ao sujeito da experiência. Além disso, em se tratando do nazismo, por exemplo, e de outras formas de regimes totalitários, sustentar a noção de que a história só poderia ser escrita a partir dos tradicionais documentos oficiais poderia impossibilitar a escrita da história desses eventos, tendo em vista que não deixar rastros é lugar-comum em processos criminosos – inclusive os comandados pelo Estado. Se a memória, materializada nos testemunhos, não prefigurar dentre as possibilidades de fontes para a escrita da história, como fazer história desses eventos⁴⁴?

Esse é o momento de irrupção das questões da memória e das identidades. O “dever de memória” que se inaugura após a experiência traumática da Segunda Guerra Mundial amplia a atenção dessa tendência democrática “também aos mortos ou mesmo sobreviventes e suas dores, angústias, desejos e frustrações”⁴⁵. Para François Hartog⁴⁶, a lida com os que já foram constituiria uma necessidade antropológica, que ganharia novos contornos específicos ao longo século XX. Marcelo Abreu e Marcelo Rangel, aproximando Hartog a Koselleck, acreditam que

[...] o fortalecimento do trabalho de memória é uma reaproximação radical no que tange ao “espaço de experiência”, à própria relação necessária com o “espaço de experiência”, e isto em razão dos acontecimentos históricos e

⁴⁴ MONAY, Ana Carolina. *SobreViver: a reelaboração da identidade de mulheres que passaram pela experiência da tortura na Ditadura Militar brasileira*. Orientador: Daniel Pinha Silva. 2017. [n. d.]. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017, p. 25.

⁴⁵ ABREU, Marcelo; RANGEL, Marcelo. Memória, cultura histórica e ensino de história. *História e Cultura*, Franca, v. 4, n. 2, 2015, p. 11.

⁴⁶ HARTOG, F. *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

da “aceleração do tempo” que irrompera na primeira metade do século passado⁴⁷.

A História se volta agora à memória como um problema central. Esse movimento de deslocamento dos sentidos de orientação vai em direção à noção de que a historiografia, fortemente questionada em seu estatuto científico, “poderia e deveria enfatizar a História como sendo um terreno a partir do qual se possa ver possibilidades diversas de realização humana, como um âmbito ideal à investigação e à produção de narrativas múltiplas”⁴⁸. A partir desse contexto “tornou-se necessário [...] resguardar espaço, no presente, para as diferenças que sucumbiram no interior dos acontecimentos violentos e traumáticos do século XX”⁴⁹.

O que se segue a esse momento é uma reavaliação do espaço de ação da memória e suas possibilidades como substrato da escrita da História. O íntimo e o pessoal se reconfiguram quando publicamente manifestados, garantindo a legitimidade dos testemunhos. Nessa “era da memória” são fortes os papéis das subjetividades e a importância do “eu” no ato de sua manifestação pública. Afinal, “não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no *comum*”⁵⁰.

Os testemunhos são a forma narrativa da memória e, ao ser interpelados pelos historiadores, reacendem debates sobre questões complexas, como a verdade e a ética. Esse cenário vem se beneficiando do trabalho de grandes intelectuais, dedicados a compreender os eventos traumáticos do último século como possibilidades de pensar a escrita contemporânea de narrativas

⁴⁷ KOSELLECK, 2006 *apud* ABREU; RANGEL, *op. cit.*, p. 11.

⁴⁸ ABREU, Marcelo; RANGEL, Marcelo. Memória, cultura histórica e ensino de história. *História e Cultura*, Franca, v. 4, n. 2, 2015, p. 8.

⁴⁹ ABREU, Marcelo; RANGEL, Marcelo. Memória, cultura histórica e ensino de história. *História e Cultura*, Franca, v. 4, n. 2, 2015, p. 11.

⁵⁰ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/UFMG, 2007, p. 24.

sobre o passado. Essas memórias, em espaços onde não há outra possibilidade de construção da narrativa da experiência, figuram como instância reconstituidora do passado. A elas se devotam os deveres redentores de lidar com os mortos e reparar as identidades feridas. Quando comparada ao discurso historiográfico, notamos em seu caráter lacunar uma proximidade ao processo cognitivo que empreende a escrita da História:

Só um cientificismo ingênuo pode aceitar a existência de uma radical separação entre a retrospectiva da memória e a retrospectiva historiográfica, tanto mais que ambas não são exclusivamente criadas pela imaginação e, ainda que por vias diferentes, aspiram ao verossímil, seja por fidelidade ou por veridicação. [...] Pensando bem, as características apresentadas como típicas da memória (seleção, finalismo, presentismo, verossimilhança, representação) encontram-se, igualmente, no trabalho historiográfico, sobretudo porque, hoje, este não se restringe à busca de explicações por casualidade mecânica, elevada a *deus ex machina* da visão linear, acumulativa, homogênea e universalista. Afinal, a historiografia contemporânea, como saber mediato e mediado, também opera com a ideia de não continuidade do tempo e não reconhece a existência de um vazio entre o sujeito-historiador e o seu objeto⁵¹.

Entretanto, esse não é só um movimento metodológico de ampliação do escopo das fontes abordáveis, é um novo olhar sobre as funções sociais do conhecimento histórico e do papel do historiador diante de questões que desafiam seu papel enquanto intelectual. Trata-se das possibilidades da escrita de História em construir enunciados sobre a realidade capazes de nortear os indivíduos. O ponto está em um reposicionamento estrutural dos historiadores, que se voltam à contemporaneidade como característica condicionante de seu ofício. Não se trata de abandonar os protocolos científicos, é ímpar que “[...] não se deve basear na memória uma epistemologia ingênua” já que “[...] não há equivalência entre o direito de

⁵¹ CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015, p. 53-54.

lembrar e a afirmação de uma verdade da lembrança"⁵². O que se propõe é uma reavaliação da dimensão ética e política intrínseca à escrita da História, voltando a pensar as determinações e questões do tempo presente do enunciado, assumindo a importância da memória como base do discurso histórico e traçando esforços para a elaboração de uma metodologia que nos permita abordá-la com responsabilidade.

Seguindo na esteira dessas proposições, podemos dizer que ao historiador, dedicado ao *métier* de confecção de narrativas históricas, caberia assumir uma posição de interesse que conferiria a esses discursos condições de abordagem mais crítica, fator qualificador crucial ao conhecimento sobre o passado que se propusesse transformador da realidade. Desse modo, não só reconheceria a grande penetração social desses relatos pessoais hoje, aproximando criticamente a escrita da História das questões e demandas de seu tempo, mas também enfrentaria frontalmente a questão epistemológica da utilidade e do lugar do conhecimento histórico na contemporaneidade.

[...] parece que o mundo contemporâneo, posterior ao giro linguístico, tornou-se profundamente crítico de toda e qualquer argumentação fundada na possibilidade da produção de enunciados privilegiados em relação ao real, de modo que podemos acompanhar certa consequência mais propriamente geral provocada pelo giro linguístico no interior da teoria e da história da historiografia contemporâneas, a saber, a sua fundamentação ou mesmo justificativa ético-política (e, aqui, "ética" significa pensar seu mundo e "política", algo como uma intervenção mais imediata e pró-ativa). [...] o que consideramos ser um desdobramento geral do giro linguístico no interior da teoria e da história da historiografia contemporâneas, a saber, o esgotamento da autonomia e do poder de persuasão da justificativa de que a historiografia produz conhecimentos privilegiados sobre os passados e de que, logo, tematizamos o passado para isto, para conhecê-lo (mesmo que apenas

⁵² SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/UFMG, 2007, p. 44.

parcialmente), e mesmo para nos orientarmos, já que podemos conhecê-lo⁵³.

A esse movimento de volta às questões contemporâneas se convencionou denominar *giro ético-político*. Em linhas gerais, podemos defini-lo a partir da ideia de que os historiadores, hoje, também devem devotar esforços para “pensar o mundo contemporâneo, suas determinações próprias, problemas e possibilidades”⁵⁴. Para tal, o campo da teoria da História e História da historiografia se mostrariam uma área dotada de interessante capacidade de intervenção/reflexão sobre seu tempo. A essa perspectiva inovadora está atrelada uma confiança no potencial mobilizador do conhecimento histórico enquanto saber e a noção da existência de uma “tendência democrática”⁵⁵, espécie de força que orientaria os homens a partir da assunção positiva da diferença e da produção de novas possibilidades no que tange à constituição de objetividades relativas:

E isso não porque podemos conhecer o passado e, então, pensar e intervir em nosso mundo, mas sim porque a sua tematização, em qualquer âmbito da cultura histórica, inclusive no interior da disciplina história, terá, sempre, o poder (necessário) de mobilizar os homens⁵⁶.

É esse o movimento de ensimesmamento que levaria a História a se renovar, superando a crise epistemológica que a aflige? Creio que ainda é cedo para dizer, mas isso não diminui a relevância de compreender o impacto que essas ideias pretendem provocar na escrita da História

⁵³ RANGEL, Marcelo de Mello; ARAUJO, Valdei Lopes de. Apresentação: teoria e história da historiografia – do giro linguístico ao giro ético-político. *História da Historiografia*, Mariana, v. 17, 2015, p. 328-330.

⁵⁴ RANGEL, M. M.; SANTOS, Fabio Muruci dos. Algumas palavras sobre giro ético-político e história intelectual. *Revista Ágora*, Vitória, n. 21, 2015, p. 8.

⁵⁵ ABREU, Marcelo; RANGEL, Marcelo. Memória, cultura histórica e ensino de história. *História e Cultura*, Franca, v. 4, n. 2, 2015, p. 8.

⁵⁶ RANGEL, Marcelo de Mello; ARAUJO, Valdei Lopes de. Apresentação: teoria e história da historiografia – do giro linguístico ao giro ético-político. *História da Historiografia*, Mariana, v. 17, 2015, p. 330.

contemporânea. Contudo, se agora o mundo ao qual pertence o historiador também passa a ser uma preocupação de seu ofício, em que espaço de atuação e de que modo poderíamos nós, os historiadores, colaborar para a construção de uma sociedade mais humana e democrática?

O público e seus passados

Tendo em nosso horizonte os pressupostos enunciados pelo giro ético-político, as questões sobre a dimensão pública da História se tornam um campo privilegiado de reflexão para os historiadores. É na esfera pública que agimos politicamente, fazemo-nos cidadãos e partilhamos visões de mundo e projetos comuns. A ideia de uma preocupação ético-política com o mundo ao qual o historiador pertence conflui para o espaço público, lugar da comunidade e da ação.

E é crescente o interesse da História nesse conceito guarda-chuva: o *público*. Quais seriam suas possibilidades e limites? Matizar melhor o conceito pode trazer algumas respostas.

Para tal, recorro às considerações de Hannah Arendt sobre o sentido primeiro de público na civilização ocidental: a *polis* grega. Em *A condição humana*, Arendt concebe o público na *polis* a partir da relação constituinte de dualidade com seu polo opositor, o privado. A relação ambígua de dependência mútua entre o público e o privado está ligada ao cerne de formação da cultura ocidental. Ao espaço da liberdade que se manifestava por meio da participação política na arena pública de debates (a *polis*) opunha-se diametralmente a esfera da necessidade, o espaço doméstico (*oika*). Só aqueles que venciam as necessidades da vida familiar poderiam, de fato, ser livres para ver e ser vistos, ouvir e ser ouvidos por seus iguais. A *oika* era o espaço do que não se via, do pessoal, biológico, vital, a ela cabiam as “necessidades e carências”⁵⁷. Viviam os homens compelidos à *oika*, não era

⁵⁷ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.p. 39.

nela que se faziam livres, mas sim o espaço em que eles escolhiam estar, como “iguais” e, portanto, em liberdade:

Arendt ultrapassa a análise do conceito grego de público e configura noção da aparência como elemento fundamental da existência humana. Indicando a contraposição entre o que é público, publicizável, e o que é íntimo, interno, a autora nota a importância da esfera pública na própria concepção humana de realidade. É tornando públicos, retirando do interior de nós mesmos sentimentos e pensamentos, dando voz a nossas ideias e dores que afirmamos a realidade. A presença de outros que veem o que vemos e que ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos⁵⁸.

Ao público se confere um caráter indispensável à constituição do real pelo princípio da alteridade-pluralidade-intersubjetividade. Ele interconecta: “somos seres relacionais – precisamos de um espaço da aparência para existir”⁵⁹. É intrínseca a essa noção uma relação hierárquica. Sendo o público o espaço da liberdade, não é tudo que se torna relevante nessa esfera. Os assuntos e temas devem merecer o espaço público, há uma noção de valor e de merecimento. O que não é digno do debate entre iguais deve ser relegado ao espaço da individualidade, à *oika*.

[...] o termo “público” significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. [...] Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que se assentam ao seu redor; pois como intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens⁶⁰.

⁵⁸ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, *apud* SCHITTINO, Raquel. O conceito de público e o compartilhamento da história. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Rodrigo (org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2015, p. 39.

⁵⁹ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 *apud* SCHITTINO, Raquel. O conceito de público e o compartilhamento da história. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Rodrigo (org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2015, p. 39.

⁶⁰ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 62.

O mundo é a dimensão relacional onde os homens estão, é externo a eles. É nesse espaço comum que podemos absorver e dar brilho às ruínas deixadas por aqueles que vieram antes de nós, compartilhando esse espaço que permanecerá para os que vierem depois de nós⁶¹. A chave é a ideia de permanência e perpetuação para além da “ruína natural do tempo”⁶². É no público que o passado ganha sentido, pois é nele que nos relacionamos com o comum, com o mundo, com os outros. E a realidade se forma a partir dessa relação. No público é que os vínculos com o passado e a noção de que devemos perpetuar a condição humana para além da nossa vida biológica ganham sentido.

Arendt entende que esse mundo sofre uma “perda”, que começaria a partir do declínio do Império Romano, onde o espaço temporal da política, mundano, desfaz-se. Em Roma, o espaço da política se torna uma obrigação e o caráter de liberdade se esvai. Os homens, fragilizados, buscam refúgio em um novo princípio que ampare suas energias emocionais, seus compromissos e suas crenças⁶³. O privado, como refúgio dos compromissos da *res publica*, ganha importância e uma dimensão mítica que se vincula às ideias novas, que vinham do Oriente Próximo e que vão ganhando cada vez mais espaço. “O Cristianismo deixa então de ser um compromisso espiritual praticado em segredo para irromper no mundo, transformando-se ele próprio, em um novo princípio de ordem pública”⁶⁴. É nos laços de irmandade enfatizados por Santo Agostinho que a comunidade cristã se reorganiza, ao redor do princípio da caridade.

⁶¹ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 62.

⁶² ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 65.

⁶³ SENNET, R. *O Declínio do Homem Público - As Tirantias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. *apud* SCHITTINO, Raquel. O conceito de público e o compartilhamento da história. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Rodrigo (org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2015, p. 40.

⁶⁴ SENNET, R. *O Declínio do Homem Público - As Tirantias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. *apud* SCHITTINO, Raquel. O conceito de público e o compartilhamento da história. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Rodrigo (org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2015, p. 39.

A premissa de que o mundo temporal – político – estava se desintegrando fortalece a crença e a edificação de um mundo eterno para além do mundo público. A vinculação da comunidade cristã, segundo Arendt, só tem validade diante da perda do mundo comum. Ela não é um vínculo do mundo público compartilhado pelos homens, mas antes se configura como uma alternativa transcendental – uma eternidade extramundana – que garante a durabilidade da comunidade como um plano que não o do público⁶⁵.

Entretanto, a era moderna transformaria profundamente esse cenário, rompendo a oposição entre público e privado e colocando em xeque a transcendência da comunidade em outro plano, o espaço do comum seria convertido em um conjunto de indivíduos privados. A questão da durabilidade, da permanência, deixaria de ser central, perdendo seu lugar para a preocupação relativa à riqueza. A esfera pública toma contornos institucionais na figura do poder de Estado, onde o único traço comum é a salvaguarda da riqueza e dos interesses privados. É o surgimento da esfera pública moderna e burguesa.

Com as considerações de Jürgen Habermas, podemos levantar outras considerações sobre as transformações ocorridas na esfera pública. Na leitura habermasiana, essa invasão moderna do espaço público se dá pela ampliação da dimensão privada, com características positivas⁶⁶. É por meio dela que ocorreria um alargamento da vida social, responsável pela racionalização das bases do Estado e pelo substrato da autoridade pública democraticamente legitimada. O impasse se daria nesse cenário na transição da esfera pública moderna para a sociedade de massas do século XX.

⁶⁵ SCHITTINO, Raquel. O conceito de público e o compartilhamento da história. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Rodrigo (org.). História pública no Brasil: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2015, p. 41.

⁶⁶ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública*. Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

Segundo Habermas, o desenvolvimento da mídia e da cultura de massas levou a uma degeneração da esfera pública enquanto espaço de produção de debates críticos racionais. Nesse sentido, “a grande massa de consumidores cuja receptividade [à cultura de massa] é pública, mas acrítica, é relegada a *displays* imóveis, com a ‘publicidade representativa’, aos quais o público só pode reagir pela aclamação ou pela negação da aclamação”⁶⁷. Apesar de sua crítica contundente, Habermas continuaria a crer na potencialidade de transformação da esfera pública por meio do debate racional. Para tal, os saberes especializados, como a História e a Filosofia, deveriam assumir um papel de mediação, ampliando a consciência e popularizando o conhecimento que enriqueceria novamente esse espaço.

É na esfera pública que as experiências, geradas a partir de sua relação formativa para com o relato, adquirem a conotação do comum, daquilo que transcende as vidas humanas mortais e transmite para condição humana a noção de permanência. O espaço público, instância de afirmação do real e de produção de debates racionais e críticos (indispensáveis à ação política constitutiva das democracias modernas)⁶⁸, é onde as leituras do passado operam, agindo no presente e construindo futuros.

Agora que temos uma noção da dimensão e da importância daquilo que é o público, resta a pergunta:

- Quais são as possibilidades dos historiadores ao adentrar essa seara?

Para Habermas, esse papel é claro, agiríamos como mediadores do conhecimento, suscitando reflexões e utilizando a História como ferramenta de enriquecimento do debate público. Todavia, outra leitura se mostra possível, na qual se retomasse “aquela noção de público como

⁶⁷ HABERMAS, 1989, p. 175, grifos no original *apud* LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAL, Marta (org.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2012, p. 45.

⁶⁸ Compreendo que esse é um conceito amplo e dotado ele próprio de historicidade, no entanto, seu uso aqui remete à democracia representativa moderna, burguesa e liberal, a meu ver espaço mínimo de ação política onde ocorre a possibilidade de que se assegurem os direitos humanos mais basilares por meio do diálogo e do espaço de dissenso.

compartilhamento – como mundo comum”⁶⁹. Assim, seria possível pensar em uma História compartilhada, uma abordagem onde a historiografia não se reafirma enquanto instância única do conhecimento histórico e se constrói para o público, com o público e pelo público. Só que entrar na seara do espaço público pode envolver tanto possibilidades quanto riscos no ofício do historiador, ainda mais em uma era de ampliação das mídias digitais e em um cenário público que reverbera a crise epistemológica do século passado. Talvez abrir mão de vez da sua já contestada autoridade sobre o conhecimento histórico se mostre arriscado para os historiadores de hoje. Ou seria justamente esse o caminho? O público brasileiro existe, ele “consome” e demanda História. Mas a preocupação dos historiadores brasileiros com o tema é muito recente. Que cenário essa equação gerou?

Perda de autoridade?

Devemos recordar que a História não precisa ser somente e necessariamente um saber disciplinar, ela também é uma forma de deleitar e entreter. O problema está nas preocupações tímidas nesse sentido por parte dos historiadores brasileiros. A dimensão receptiva de narrativas históricas entra na pauta do dia de debates teórico-metodológicos muito recentemente, acompanhando o desenvolvimento e restabelecimento das inquietações ao redor das articulações passado-presente-futuro.

O público de história se expandiu vertiginosamente nos últimos anos, para muito além do público consumidor de livros – inclusive de livros de história popular. Mas ainda resta uma longa zona cinzenta em torno do conceito de história pública. A história é “pública” porque sua produção saiu da tutela acadêmica e passou a ser largamente praticada, produzida por leigos, amadores, diletantes? Ou ela é pública pela

⁶⁹ SCHITTINO, Raquel. O conceito de público e o compartilhamento da história. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Rodrigo (org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2015, p. 45.

dimensão da audiência que é capaz de atingir – e que cresceu exponencialmente nas últimas três décadas⁷⁰?

A passagem de Jurandir Malerba nos leva a uma reflexão. Estaria a oficina da História se deslocando do seu berço tradicional para os braços do público? Estaria ela deixando a sombra protetora dos historiadores, enveredando pelo caminho do consumo e entretenimento? Para tratar das obras aqui analisadas, é preciso enfrentar essas questões no Brasil de hoje, tendo em consideração o grande mercado editorial brasileiro, uma ávida indústria cultural e o desenvolvimento voraz das mídias digitais.

Fica clara a necessidade dos historiadores interpelarem a dimensão pública dos enunciados sobre o passado como modo de compreender os contornos que o conhecimento histórico pode tomar. Porém, considerando o contexto brasileiro atual:

- Como se dá essa relação entre o passado e o público?
- Quem e como (se) escreve as leituras do passado que são consumidas pela grande massa de leitores não especialistas que conforma o espaço público brasileiro?
- Quais são as possibilidades e os impasses que verificamos para a atuação propositiva dos historiadores nesses espaços?

Essas são algumas reflexões dentro da

[...] complexa questão do historiador com o público, a qual envolve quem está falando, o que se está a dizer, os locais pelos quais a mensagem circula e a relação entre o emissor da mensagem (o escritor, o orador) e o público. Quando se pensa a dimensão pública da história, é preciso considerar não apenas a mensagem ou o locutor, mas como diversas audiências recebem tal mensagem⁷¹.

⁷⁰ MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, n. 74, 2017, p. 141.

⁷¹ ROSENZWEIG, Roy. Historians and Audiences: Comment on Tristram Hunt and Geoffrey Timmins. *Journal of Social History*, v. 39, n. 3, Special Issue on the Future of Social History, p. 859-864, 2006; LIDDINGTON, Jill. What Is Public History? Publics and Their Pasts, Meanings and Practices. *Oral History*, v. 30, n. 1, Women's Narratives of Resistance, p. 83-93, 2002, p. 90;

O que aqui se propõe é uma reflexão aprofundada sobre manifestações que, ao atingir um público ampliado de leitores não especialistas, são capazes de suscitar de modo mais sensível uma série de significados, sentidos e leituras sobre o passado. Assim, o propósito é atentar para a importância de abordar essas formas não institucionais da historiografia que extrapolam “os limites, por vezes demasiadamente restritos, da esfera acadêmico-disciplinar”⁷². Sendo produzidas para (e muitas vezes por) um público de leitores não especialistas, tais artefatos agem em uma área muito mais ampla do que a historiografia acadêmica em suas formas tradicionais, influenciando de modo mais direto na memória social⁷³, sendo capazes de orientar ações políticas e modos de pensar a História.

A dimensão pública da História pode levar-nos a refletir sobre o próprio estatuto da historiografia e dos historiadores na contemporaneidade. Mobilizar o conceito de público, nesse caso, faz referência não somente, mas também, a questão da divulgação científica. Em uma visão mais ampla, a perspectiva da História com, para e do público abrange, ainda, formas diversas de circularidade do conhecimento histórico. Isso pressupõe uma preocupação que se estende para muito além da simples adaptação de conteúdos, visando a um maior alcance do campo de atuação do historiador.

As culturas históricas, esses universos de manifestações que conformam e são conformados pelas maneiras como tecemos nossas relações com o pretérito, não estão imunes à, muito menos distantes da incidência brutal da

JORDANOVA, Ludmilla. *History in Practice*. London: Arnold, 2000 *apud* MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou: como cada um escreve a história? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *public history*. *História da Historiografia*, Mariana, n. 15, 2014, p. 42.

⁷² NICOLAZZI, Fernando F. Muito além das virtudes epistêmicas: o historiador público em um mundo não linear. *Revista Maracanã*, Rio de Janeiro, n. 18, 2018, p. 21.

⁷³ Cf. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. Cf. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

indústria cultural contemporânea. São terríveis e imensuráveis os prejuízos sociais causados por narrativas históricas paroquiais, episódicas, anedóticas, pitorescas e simplesmente factuais. Voltadas exclusivamente a um entretenimento de pouca substância, submissas às flutuações e demandas de um mercado consumidor, tais histórias, esvaziadas de conteúdo, sentido, missão e significado que não seja o lucro de seus produtores, parecem aliar-se à manutenção dos privilégios e desigualdades do *status quo*. São responsáveis por uma série de simplismos, cacoetes teórico-metodológicos e generalizações acríticas, mas também pela reprodução de concepções reacionárias, conservadoras, permeadas de preconceitos e com um alcance interpretativo extremamente empobrecido.

Quando passamos a reconhecer que nossa relação para com o que já ocorreu transcende a existência de um campo disciplinar dedicado a pensar essa relação, torna-se possível compreender que não há como esboçar o exercício de uma autoridade nos termos tradicionais. Não se trata de diluir completamente nosso lugar privilegiado de fala como especialistas que dedicam suas vidas a um saber. A questão se refere mais a assumir uma nova postura, que nos permita manter participação ativa na construção da sociedade. Porque aquilo que temos notado é que existe uma demanda social por conhecimento histórico, para além dos moldes restritivos que, infelizmente, ainda vigoram em nosso sistema educacional.

Falar do público em nosso meio significa debruçar-se sobre as implicações políticas e éticas de tudo o que se veicula enquanto História. Adotando essa perspectiva, caminhamos em direção a um novo e desafiador papel: o de mediadores de uma forma de conhecimento. Esta constitui uma nova configuração que não pretende hegemonizar o conhecimento, encerrando-o novamente nas tão quase mitológicas torres de marfim. Em vez de debatermo-nos sobre uma autoridade que provavelmente jamais tivemos, ao menos em absoluto, proponho que tomemos a direção do aprendizado mútuo para com aqueles que se beneficiam dos frutos de nosso fazer,

construindo conjuntamente um saber que não só instrui, mas também vivifica⁷⁴.

É recente a preocupação dos historiadores brasileiros com a questão das audiências, bem como com a dimensão receptiva e os possíveis usos públicos conferidos ao produto de seu ofício. É mister citar o crescimento dessa abordagem, que vem ganhando cada vez mais espaço nos debates acadêmicos⁷⁵. A dimensão pública da escrita da História vem trazendo novas questões e olhares que investigam não só o lugar do historiador e a legitimidade do produto de seu ofício na sociedade contemporânea, mas também suas virtudes epistemológicas, sociais e morais. Tais reflexões “avançam em temas que dizem respeito à ética e à dimensão política dos saberes socialmente constituídos”⁷⁶.

“A história não mais se produz somente na academia, muito menos se veicula apenas por meio do livro impresso. As plataformas digitais subverteram as bases da produção e circulação das narrativas sobre o passado”⁷⁷. Não que antes não se fizesse a História para além da academia. Porém, a crise epistemológica enfrentada pela História colocou em xeque a legitimidade do conhecimento acadêmico diante das audiências. Os historiadores se encastelaram, afastando paulatinamente seu ofício do público no esforço de tornar-se cientistas. Contudo, o papel formativo da História não se esvaiu, muito pelo contrário, a História nunca foi tão *pop*. Suscita não só a curiosidade,

⁷⁴ Tal como proposta na célebre *Segunda consideração extemporânea*, ao discorrer sobre a “utilidade e desvantagem da história para a vida”: NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

⁷⁵ Aponto aqui, principalmente, o surgimento de iniciativas positivas de grupos de pesquisa voltados a pensar essas e outras questões no âmbito acadêmico, ações como as da Rede Brasileira de História Pública (RBHP), da Comunidade de Estudos de Teoria da História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (COMUM-UERJ) e do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade da Universidade Federal de Ouro Preto (NEHM-UFOP) têm contribuído significativamente para os debates.

⁷⁶ NICOLAZZI, Fernando F. Muito além das virtudes epistêmicas: o historiador público em um mundo não linear. *Revista Maracanã*, Rio de Janeiro, n. 18, 2018, p. 32.

⁷⁷ MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, n. 74, 2017, p. 142.

mas, ainda, os interesses; trata-se de uma ferramenta política em tempos onde a polarização entre esquerdas e direitas se acentua e também proporciona lazer, diverte, informa e forma. Beatriz Sarlo alerta para esse incremento do interesse no passado:

As últimas décadas deram a impressão de que o império do passado se enfraquecia diante do "instante" (os lugares-comuns sobre a pós-modernidade, com suas operações de "apagamento", repicam o luto ou celebram a dissolução do passado); no entanto, também foram as décadas da museificação, da *heritage*, do passado espetáculo, das aldeias Potemkin e dos *theme-parks* históricos; daquilo que Ralph Samuel chamou de "mania preservacionista"; do surpreendente renascer do romance histórico, dos *best-sellers* e filmes que visitam desde Troia até o século XIX, das histórias da vida privada, por vezes indiferenciáveis do costumbrismo, da reciclagem de estilos, tudo isso que Nietzsche chamou, irritado, de "história dos antiquários". As sociedades ocidentais estão vivendo uma "era de auto-arqueologização", escreveu Charles Maier⁷⁸.

Em artigo recente, Jurandir Malerba⁷⁹ aborda os debates ao redor da dimensão pública do conhecimento sobre o passado no Brasil. Alerta que nenhuma das distintas formas da escrita da História tem sua qualidade determinada *a priori*, portanto, é possível tratarmos essas questões sobre um terreno comum desejável entre a historiografia acadêmica e a historiografia pública, sem deixar de compreender que se tratam de dimensões e modalidades distintas da historiografia, cada qual com suas particularidades, abordagens, identidades e perspectivas. Essa área comum existiria justamente nas premissas básicas desejáveis para uma escrita da História pensada a partir da promoção do desenvolvimento social no mundo de hoje, uma sociedade

⁷⁸ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/UFGM, 2007, p. 11.

⁷⁹ MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou: como cada um escreve a história? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *public history*. *História da Historiografia*, Mariana, n. 15, 2014.

cada vez mais pautada pela necessidade radical da coexistência democrática negociada em meio às diferenças.

No entanto, seu diagnóstico é de que, hoje, a maioria das “histórias” que circulam publicamente no Brasil apresentam fragilidades teóricas, metodológicas e epistemológicas. Essa História tende a ser “paroquial, episódica, factual, pitoresca, anedótica, biográfica, das grandes batalhas, em rápidas narrativas dramáticas inflamadas”⁸⁰. Registram-se nessas manifestações simplismos, cacoetes teórico-metodológicos e generalizações acríticas, premissas de visões de mundo reacionárias e conservadoras, permeadas de preconceitos e com um alcance interpretativo extremamente empobrecido.

A não ocupação do espaço público por produções historiográficas revestidas de certos parâmetros de qualidade⁸¹ e voltadas ao público geral cria um vácuo que vem sendo prontamente preenchido por obras que visam quase exclusivamente ao mercado consumidor como fim⁸². O crescimento dessa historiografia dedicada somente ao entretenimento e ao consumo insere o debate da História pública e do fenômeno da demanda social por conhecimento histórico no escopo de questões mais amplas da cultura histórica contemporânea e de suas relações com a indústria cultural.

O que justifica o grande consumo dessas histórias de “qualidade questionável”?

Para além da forma da linguagem, obstáculo considerável, mas que não esgota em si os impasses e a circularidade da ciência histórica acadêmica e da ação da indústria editorial, que valoriza essas “histórias”

⁸⁰ MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou: como cada um escreve a história? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *public history*. *História da Historiografia*, Mariana, n. 15, p. 27- 50, 2014, p. 32.

⁸¹ Entendidos, aqui, pela capacidade de suscitar reflexões críticas sobre o presente a partir e por meio do passado.

⁸² Obras de “jornalistas-historiadores”, como Eduardo Bueno, Leandro Narloch e Laurentino Gomes, exemplificam esse tipo de produção que figura entre os *best-sellers* nacionais e passa a ser concebida como discurso histórico válido por grande parte de seu público consumidor.

realizadas a partir de uma lógica de mercado⁸³, podemos pensar em algumas características hermenêuticas dessa narrativa que a tornam de mais fácil absorção por parte do grande público.

Nas narrações históricas de grande circulação, um fechado círculo hermenêutico une a reconstituição dos fatos à interpretação de seus sentidos e garante visões globais [...] Seus princípios simples reduplicam modos de percepção do social e não apresentam contradições com o senso comum de seus leitores, mas o sustentam e se sustentam nele. Ao contrário da boa história acadêmica, não oferecem um sistema de hipóteses, mas certezas⁸⁴.

Malerba também alerta para a questão da estrutura dessas narrativas. Para ele, grande parte dessas histórias de forte apelo comercial segue uma fórmula “anedótica, conceituada como uma narrativa concisa, baseada em uma estrutura dramática de três atos relativos à situação ou exposição, o encontro ou crise e a resolução”⁸⁵. A esses pequenos episódios singulares, isolados, destacados de grandes contextualizações temporais e referenciais, segue uma espécie de lição de fins morais (e não cognitivos). Tais fragmentos se organizam “muito mais em termos das virtudes ou vícios que exemplificam do que em termos de uma conexão histórica interna ou relação entre elas”⁸⁶.

⁸³ Aqui se coloca uma questão interessante: a escolha do recorte temático, que prioriza os chamados “temas quentes”. Ao perceber que esses temas comovem o imaginário social no tempo presente, essa histórica de viés comercial aproxima-se, num esforço de atrair para si a atenção necessária à potencialização de suas vendas. A essa característica se somam as estratégias de marketing agressivas, que colocam essa produção em choque direto com a história acadêmica, constantemente tachada como “inacessível e desnecessária”. Esses dois fatores criam um cenário de polêmicas ao redor dessas obras que atrai grande atenção do público para sua publicação. É emblemático o caso dos “Guias politicamente incorretos” de Leandro Narloch e sua rixa com os historiadores.

⁸⁴ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/UFGM, 2007, p. 12-15.

⁸⁵ MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou: como cada um escreve a história? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *public history*. *História da Historiografia*, Mariana, n. 15, 2014, p. 40.

⁸⁶ MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou: como cada um escreve a história? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *public history*. *História da Historiografia*, Mariana, n. 15, 2014, p. 41.

Apesar desse cenário delicado, Malerba admite que existam manifestações interessantes dessa “história popular” circulando, hoje, no Brasil, dando como exemplo o trabalho de jornalistas como Ruy Castro, Fernando Morais, Zuenir Ventura, Jorge Caldeira e Elio Gaspari. O autor atribui a esses trabalhos a epítome de um jornalismo de época de qualidade. “Dedicaram-se à escrita de biografias de personagens famosos, apoiando-se em pesquisa bibliográfica e documental rigorosa e numa linguagem saborosa, com enredos de romance”⁸⁷.

[...] dada toda essa complexidade que envolve a relação do(a) profissional historiador(a) com o público, quais são as responsabilidades do acadêmico e da acadêmica de história hoje? Como lidamos com essas responsabilidades? [...] como tratamos com a presença, atuação e o trabalho daqueles que, independentemente de treinamento profissional, de formação acadêmica, falam de história ao grande público por quaisquer meios⁸⁸?

A partir do cenário aqui exposto de investida e crescimento dessa historiografia acrítica e de viés moralizante no Brasil, mostra-se notável a necessidade dos historiadores tomarem posição nesses debates. Trata-se de compreender que, ao agir na esfera pública, tais leituras acabam por se estabelecer enquanto instâncias de formação da consciência histórica. O problema é que essas narrativas têm potencial para cimentar visões de mundo retrógradas, preconceituosas e simplistas que vão de encontro ao que se entende como objetivo da prática historiográfica na contemporaneidade: a promoção de olhares críticos sobre a realidade atual e suas relações para com o passado pautadas pela assunção positiva da convivência e coexistência democrática entre as diferenças.

⁸⁷ MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou: como cada um escreve a história? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *public history*. *História da Historiografia*, Mariana, n. 15, 2014, p. 33.

⁸⁸ MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, n. 74, 2017, p. 146.

Por conseguinte, é preciso considerar a história popular/pública (que atinge grandes audiências), veiculada por meio de variadas mídias (livros, televisão, internet, cinema, museus), um campo fundamental e permanente de reflexão a exigir a atenção permanente dos historiadores acadêmicos⁸⁹.

Não se trata, aqui, de encerrar a historiografia sob o domínio exclusivo dos historiadores, mas de compreender que, como profissionais especializados que se dedicam à escrita da História, os historiadores devem tomar para si a responsabilidade de manter uma crítica permanente ao que se veicula enquanto historiografia⁹⁰. Não há qualidade apriorística: há histórias de empobrecido valor analítico tanto dentro quanto fora da academia, bem como existem boas manifestações nas diferentes modalidades; o dilema não é apenas metodológico e teórico, o problema central recai sobre o componente ético-político intrínseco à prática historiográfica. É no debate público, onde se acentua o caráter político dos discursos sobre o passado, que a questão da dimensão ética da escrita da História se mostra de modo mais flagrante. Tal debate é ainda mais importante ao tratar de questões sensíveis ao tempo presente, em temas como a ditadura militar, mobilizadores de ações políticas e sentidos acerca do passado recente.

Minha premissa é que precisamos aprender a escrever a História em um mundo de autoridade partilhada⁹¹, compreendendo que a História pode (e deve) ser construída em dialogia com a comunidade. Não se trata de retirar a historiografia do domínio acadêmico, ela nunca esteve completamente em nossas mãos e continuará em sua posição nesse cenário, trata-se de, entendendo que o historiador é o profissional mais qualificado para lidar com

⁸⁹ MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou: como cada um escreve a história? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *public history*. *História da Historiografia*, Mariana, n. 15, 2014, p. 43.

⁹⁰ MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou: como cada um escreve a história? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *public history*. *História da Historiografia*, Mariana, n. 15, 2014, p. 43.

⁹¹ FRISCH, Michael. De *A shared authority* à cozinha digital, e vice-versa. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Rodrigo (org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2015. p. 57-70.

o passado, devido à sua formação e experiência, inseri-lo nos debates públicos, tornando seu ofício peça fundamental para desenvolver um conhecimento do passado mais crítico e plural. É um abrir de portas e janelas não só para a historiografia, mas para a universidade, enquanto espaço de construção do saber e promoção do desenvolvimento social, como um todo.

Acredito, assim, que ao abordar essas manifestações da cultura histórica externas ao círculo institucional acadêmico, nós, os historiadores, também possamos: a) buscar dialogicamente nossa formação; b) ensimesmar nossa prática; c) refletir sobre como o público compreende e utiliza a História para a vida, de modo que possamos entender qual é nosso papel social, hoje; e d) pensar como nosso ofício pode promover transformações em nossa realidade. Enfim, almejamos colaborar para a reflexão das comunidades sobre sua própria História, estabelecendo correlações entre o passado, o presente e o futuro, com vistas a tornar o passado útil para o presente e a pavimentar o caminho para as potencialidades de um futuro incerto.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo; RANGEL, Marcelo. Memória, cultura histórica e ensino de história. *História e Cultura*, Franca, v. 4, n. 2, p. 7-24, 2015.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem a escrita e o ensino da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida et al. (org.). *Qual o valor da história hoje?* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012. p. 21-39.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BONA, Aldo Nelson. *Paul Ricoeur e uma epistemologia da história centrada no sujeito*. Orientador: Paulo Knauss de Mendonça. 2010. 209 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- BONA, Aldo Nelson. *História, verdade e ética: Paul Ricoeur e a epistemologia da história*. Guarapuava, PR: Ed. Unicentro, 2012.
- BUCHEZ, Philippe. *Introduction à la science de l'histoire – Ou science du développement de l'humanité*. [s. l.]: [s. n.], 2016. (Collection XIX).
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

- FRISCH, Michael. De A shared authority à cozinha digital, e vice-versa. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Rodrigo (org.). História pública no Brasil: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2015. p. 57-70.
- HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural na esfera pública. Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARTOG, F. Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HOBBSBAWM, Eric. A era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KANT, Immanuel. Crítica da razão pura e outros textos filosóficos. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.
- LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. Apologia da história ou O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 15-38.
- LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAL, Marta (org.). Introdução à história pública. São Paulo: Letra e Voz, 2012. p. 31-52.
- MAIA, Carlos Alvarez. A crise da história e a onda pós-estruturalista. Revista Maracanan, Rio de Janeiro, n. 18, p. 50-65, 2018.
- MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou: como cada um escreve a história? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre public history. História da Historiografia, Mariana, n. 15, p. 27-50, 2014.
- MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 37, n. 74, p. 135-154, 2017.
- MONAY, Ana Carolina. SobreViver: a reelaboração da identidade de mulheres que passaram pela experiência da tortura na Ditadura Militar brasileira. Orientador: Daniel Pinha Silva. 2017. [n. d.]. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- NICOLAZZI, Fernando F. Muito além das virtudes epistêmicas: o historiador público em um mundo não linear. Revista Maracanan, Rio de Janeiro, n. 18, p. 18-34, 2018.
- NIETZSCHE, Friedrich. Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.
- ORTEGA Y GASSET, José. Em torno a Galileu: esquema das crises. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.
- RANGEL, Marcelo de Mello; ARAUJO, Valdei Lopes de. Apresentação: teoria e história da historiografia – do giro linguístico ao giro ético-político. História da Historiografia, Mariana, v. 17, p. 318-332, 2015.
- RANGEL, M. M.; SANTOS, Fábio Muruci dos. Algumas palavras sobre giro ético-político e história intelectual. Revista Ágora, Vitória, n. 21, p. 7-14, 2015.
- REIS, José Carlos. História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

- RÜSEN, Jorn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia*, Mariana, n. 2, p. 163-209, 2009.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/UFMG, 2007.
- SCHITTINO, Raquel. O conceito de público e o compartilhamento da história. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Rodrigo (org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2015. p. 37-47.
- TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar: história, memória e política*. Lisboa: Unipop, 2012.
- WHITE, Hayden. *A meta história*. São Paulo: Edusp, 1992.

Artigo recebido em 21/10/2019 e aprovado em 03/03/2020.